

A MORTE COMO SOLUÇÃO: O CASO JAN E ELS

Marcelo Almeida Duarte
Pedro Pinto de Oliveira

Resumo: O estudo investiga o pensamento reflexivo em ação para tomar a ideia da morte assistida como uma alternativa lógica para resolver *situações problemáticas*. Situando nosso contexto de investigação a partir das experiências de Jan e Els, que optaram pela morte assistida em 2024, a pesquisa se baseia no instrumentalismo do filósofo John Dewey (1974, 2000, 2009) e sua noção de pensamento reflexivo. A investigação aborda a morte assistida como acontecimento (Quéré, 2012) que se configura como prática social, destacando seu caráter situacional e histórico. Utilizando a metodologia *deweyana*, nosso estudo questiona a naturalidade dos eventos, mostrando que os significados atribuídos à morte assistida são construídos socialmente a partir de interações contextuais. Conclui-se que a morte assistida torna-se uma alternativa quando as demais proposições são incapazes de promover uma interação não conflituosa entre o indivíduo e o meio.

Palavras-chave: Pensamento reflexivo. Morte Assistida. Acontecimento.

DEATH, THE ULTIMATE BALM: A CASE STUDY

Abstract: The study investigates reflective thinking in action to frame the idea of assisted death as a logical alternative for resolving problematic situations. By situating our investigation in the experiences of Jan and Els, who chose assisted death in 2024, the research draws on the instrumentalism of philosopher John Dewey (1974, 2000, 2009) and his notion of reflective thinking. The study examines assisted death as an event (Quéré, 2012) that is configured as a social practice, highlighting its situational and historical character. Employing Deweyan methodology, our study questions the naturalness of events, showing that the meanings attributed to assisted death are socially constructed through contextual interactions. It concludes that assisted death becomes an alternative when other propositions fail to foster non-conflictual interaction between the individual and their environment.

Keywords: Reflective thinking. Assisted dying. Happening.

LA MUERTE, EL BÁLSAMO FINAL: UN ESTUDIO DE CASO

Resumen: El estudio investiga el pensamiento reflexivo en acción para enmarcar la idea de la muerte asistida como una alternativa lógica para resolver situaciones problemáticas. Situando nuestra investigación en las experiencias de Jan y Els, quienes optaron por la muerte asistida en 2024, la investigación se basa en el instrumentalismo del filósofo John Dewey (1974, 2000, 2009) y su noción de pensamiento reflexivo. El estudio examina la muerte asistida como un acontecimiento (Quéré, 2012) que se configura como una práctica social, destacando su carácter situacional e histórico. Empleando la metodología deweyana, nuestro estudio cuestiona la naturalidad de los eventos, mostrando que los significados atribuidos a la muerte asistida se construyen socialmente a partir de interacciones contextuales. Se concluye que la muerte asistida se convierte en una alternativa cuando otras propuestas no logran fomentar una interacción no conflictiva entre el individuo y su entorno.

Palabras-clave: Pensamiento reflexivo. Muerte asistida. Acontecimiento.



1. INTRODUÇÃO: CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

Adotamos a noção de contexto como ponto central para a nossa investigação. O contexto indica o lugar da ação — neste caso, espaço público — e o ator social que realiza não apenas uma única ação, mas pode, a partir dela, realizar outras e diferentes ações — o contexto em processo. É por meio do contexto situacional que elencamos quais ferramentas serão utilizadas em uma determinada situação. Em outras palavras, dependendo das necessidades de fatos particulares a serem discriminados e examinados, a investigação pode adotar operacionalidades distintas.

Situamos o contexto a partir da seguinte condição indeterminada: pensamento e morte assistida, que reverberam na investigação da questão. Assim, formulamos nossa pergunta condutora: Como o pensamento reflexivo usado como uma operação de inteligência possibilita diferentes condições lógicas para que a morte assistida se torne a melhor alternativa de resolução de uma *situação problemática*? Para responder esse estado de dúvida, a investigação se debruçou sobre duas experiências de morte assistida, a do casal Jan (70) e Els (71), casados por cinco décadas, que optaram pela morte assistida em 2024.

Nosso arcabouço teórico está sedimentado na obra do pragmatista clássico, Dewey (1974, 2000, 2009). Recorremos à noção de pensamento reflexivo para refletir sobre a valoração da conduta daqueles que optam por ceifar a vida pelos meios legais. O pensamento, enquanto ação inteligente, reflexiva, desdobra-se sobre a natureza do que torna a vida um fardo. Para Dewey, o pensamento reflexivo é dividido em pequenas unidades que, interligadas, se dirigem a um fim comum. Entendemos que a concatenação de todas essas unidades do pensamento coloca a morte assistida como uma possibilidade de solução para uma questão do presente.

De saída, é preciso dizer preliminarmente do que não se trata este texto. Não se debruçou sobre a análise da morte em capas de jornais; também

evitamos uma análise geral de obituários; não discutimos aspectos relacionados à dignidade da vida humana. A presente investigação teve como objeto de análise a morte assistida enquanto prática social. Por conseguinte, não houve interesse em legitimar o que já se sabe sobre a morte assistida, mas mostrar a possibilidade de produzir uma diferença na compreensão do ato de perecer antecipadamente.

Tratamos o ato de antecipar a morte legalmente como um acontecimento do nosso momento histórico. Dessa forma, nos ocupamos de pensar a morte, em especial a sua variação social e cultural conhecida como morte assistida, enquanto um acontecimento de ordem pragmatista (Queré, 2012). Para Louis Queré (2012), o acontecimento possui uma dupla vida: a primeira, existencial, ocorre no campo dos afetos e das emoções, não podendo ser considerada um “objeto do discurso”, mas algo viçoso, novo, original e imediato; a segunda vida do acontecimento é a sua passagem de fenômeno existencial para objeto de conhecimento constituído na e pela cultura.

Assim, a morte, eminentemente vinculada ao corpo como sua principal manifestação, assume a primeira vida do acontecimento. A segunda vida, manifesta-se de inúmeras maneiras, entre elas, a "morte assistida", que abre caminho para sua inserção no discurso, na intervenção, no debate e na análise. Essa segunda vida do acontecimento viabiliza novas formas de operação e de descrição, não necessariamente derivadas da originalidade do fenômeno, mas que permitem a investigação da prática em nossa contemporaneidade.

Diante disso, é importante ressaltar que este trabalho não tem a intenção de abordar a morte como um acontecimento imaterial, mas sim sua manifestação em um contexto cultural específico: a morte assistida. Esta pesquisa parte da seguinte suspeita: a partir da análise da conduta dos indivíduos que optaram pela morte assistida, é possível observar e descrever o que escapa à insuficiência discursiva, médica e jurídica, concatenando a prática a experiências restritas.

Reconhecemos que a prática da morte assistida não pode ser generalizada, pois os significados atribuídos ao ato de perecer com assistência não derivam de uma essência relacionada à prática ou aos sujeitos. Não há um sujeito primordial que dê significado a essa forma de encerrar a vida; ao contrário, é uma construção social, em constante interação com o presente, a partir de significados passados e com consequências futuras. É crucial questionar a naturalidade dos eventos, reintegrando-os aos processos comunicativos, sociais e históricos onde os significados são gerados. Isso implica não aceitar a imutabilidade do pensamento em relação a um fenômeno específico no mundo; ao antecipar a finitude da vida, é necessário colocar em xeque suas supostas verdades preexistentes, um dos objetos de ação do pensamento reflexivo.

Nossa hipótese é que, a partir da ação do pensamento reflexivo, a morte assistida passa a ser uma possibilidade viável para a resolução de uma problemática enfrentada pelo indivíduo. Essa problemática é fruto do viver cotidiano, do agir, do se relacionar e pode nascer de diferentes interações: velhice, dependência do álcool, vida à base de antidepressivos, doenças autoimunes ou simplesmente o cansaço de viver. É no contexto da situação problemática que o pensamento faz da morte assistida uma condição viável em processo. O sujeito precisa organizar as proposições ideacionais ou factuais que servem como hipóteses de acordo com seu contexto, para refletir qual a melhor solução para seu dilema. Por se tratar de uma experiência única e irrepetível, o indivíduo deverá ter esgotado o repertório de significados que poderiam fornecer elementos para lidar com o próprio cotidiano que se apresenta como um fardo.

Nosso movimento metodológico fundamenta-se na arquitetura do instrumentalismo *deweyano*. Tal método, convoca o pesquisador a propor sentidos, discuti-los com os pares e não os desvelar. Nesse último ponto, o instrumentalismo *deweyano*, de base pragmatista, nega a existência de verdades apriorísticas nos fenômenos e nas práticas sociais, tal como a morte assistida.

A metodologia aplicada em uma investigação deve nascer da própria execução da pesquisa. Não é possível um critério lógico que tenha como fonte a exterioridade e não o interior do processo de inquirição. Ao nos ocuparmos com algo objetivamente observável, com referência a que podem ser ensaiadas, testadas e verificadas, eliminamos a dependência de estados e processos subjetivos e de caráter "mental".

2. MORTE ASSISTIDA COMO ACONTECIMENTO PRAGMATISTA

Reconhecer a morte assistida como um acontecimento na perspectiva pragmatista é a possibilidade de compreender quais enunciados e condutas são possíveis a partir dessa morte específica. Nossa escolha por essa variação do acontecimento não foi leviana; ela nos possibilitou observar a morte assistida enquanto uma prática/ação. O acontecimento emerge no campo sensível das experiências para, posteriormente, ser enquadrado pela discursividade. O acontecimento afeta sensivelmente o indivíduo ou grupo, de tal forma a organizar a própria experiência de ser e estar no mundo.

De acordo com George Mead (2008), quando emerge o acontecimento, ocorre um reordenamento do espaço-tempo. O passado e o futuro sofrem alterações em decorrência da ruptura do presente ocasionada pelo acontecimento. Em outros termos, quando o acontecimento existencial provoca a quebra da duração, somos impelidos a refletir até onde conseguimos produzir alteridade na forma como lidamos com os encontros e desencontros cotidianos. O modo como conduzimos nossos envolvimento políticos, afetivos, sociais e afins é marcado pelo tempo histórico. As condições históricas, políticas, culturais, tecnológicas, filosóficas e comunicacionais de um dado momento histórico são os fomentadores de determinadas condutas e experiências. O acontecimento é justamente o deslocar da experiência no espaço-tempo, garantindo a emergência de uma nova subjetividade, pois este, em sua categoria de

ineditismo, força e leva os indivíduos a um rearranjo. Findada a surpresa da fenda aberta no presente, o acontecimento é significado discursiva e historicamente. Com a emergência do acontecimento, nasce também o seu respectivo pretérito; não há anterioridade antes da eclosão do acontecimento.

Conforme Louis Quéré (2012), a morte é compreendida como a primeira vida do acontecimento; sua singularidade enquanto ruptura se faz perceptível quando em uma continuidade. O descontínuo só existe em uma linearidade da percepção do tempo-espaço. É pela cultura que os indivíduos vão reconhecer essa ruptura na linearidade; é preciso que determinados atores sociais reconheçam tal ruptura (jornalistas, intelectuais, pesquisadores etc.).

Na segunda vida da morte assistida, possibilita a emergência de novos enunciados que colocam em estado de confronto os enunciados sobre a manutenção da vida (a vida como obrigação, o afastamento da morte no cotidiano), mesmo quando a morte já faz morada, esfumando os limites anteriormente evidentes para visões dicotômicas entre viver e perecer. O acontecimento em sua segunda vida implica em sua inscrição como objeto de pensamento e com possibilidade de significação pela cultura.

Nosso desdobramento é sempre no presente, ao ser nele que a morte assistida enquanto acontecimento vai se instaurar, no jogo do agora, no instante. A sua realidade enquanto prática social, sua existência indubitável e sua presença advinda de uma causalidade possibilitadora. Nesse aspecto, a morte assistida enquanto acontecimento faz emergir objetos, normas, regras, leis e modos de individualização que não preexistiam, mas emergem juntamente com os enunciados ao redor dessa forma de perecer. Em resumo, pensar a morte assistida é investigar não só a finitude, mas o nosso presente.

3. PARA ONDE OLHAMOS: *CORPUS* E DESCRIÇÃO DO CASO

Para abordar nosso problema de pesquisa, selecionamos amostras a fim de identificar como os indivíduos atribuem significado à morte assistida com base em suas experiências. Dois critérios nortearam essa escolha: a) o contexto em que a morte assistida é convocada para solucionar uma questão que não se enquadra em doenças incuráveis e letais; b) a cooperação e colaboração buscadas pelos indivíduos para justificar a sua existência como uma condição passível de recorrer à morte assistida.

Dessa forma, nos debruçamos sobre o caso do casal Jan e Els, que recorreu à morte assistida. Nosso interesse reside na relação entre sujeito e a prática e nas possibilidades de significação. Ou seja, nos interessamos pelo processo de individuação tanto do acontecimento como do sujeito.

Descrição do caso: Jan e Els foram casados por quase cinquenta anos e, no início de junho de 2024, faleceram juntos após receberem medicação letal de dois médicos, em um procedimento conhecido como duo-eutanásia, nos Países Baixos. Três dias antes, estavam em seu trailer em Friesland, onde passaram a maior parte da vida viajando. Jan, de 70 anos, sofria de dores nas costas, e Els, de 71, tinha demência.

O casal se conheceu no jardim de infância e compartilhou uma vida gerenciando um negócio de transporte de mercadorias pelos canais dos Países Baixos. Em 2018, Els se aposentou, mas os sintomas de demência pioraram. Em 2022, após ser diagnosticada, a família decidiu discutir a duo-eutanásia. Apesar da relutância do médico particular do casal, Jan e Els recorreram ao Centro de Especialização em Eutanásia. Jan não queria viver com suas limitações físicas, e a doença de Els era insuportável para ambos. No dia anterior à consulta final, a família se reuniu para uma última refeição. Na manhã de segunda-feira, no hospital de cuidados paliativos, Jan e Els, rodeados por familiares e amigos, receberam a medicação letal e faleceram juntos em 3 de junho de 2024 (BBC News Brasil, 2024).

4. ARQUITETURA INSTRUMENTALISTA COMO MÉTODO

Na construção da arquitetura do instrumentalismo, ocorre um afastamento do idealismo hegeliano. Consideram-se os processos pré-lógicos do cognitivo e as questões biopsicológicas (Calcaterra, 2015). O instrumentalismo é fundado na inquirição/resposta a partir da (e para a) experiência sobre o objeto pesquisado, visando à construção de soluções que efetivamente elucidem uma situação indeterminada de dúvida. O instrumentalismo é um método que não se descola da experiência como ponto de partida investigativo, a ela retornando para conferir-lhe resultados práticos eficientes (resolução do estado inicial de dúvida), de modo que a pesquisa progrida.

O instrumentalismo de Dewey defende que o investigador, inicialmente, deve partir da experiência que se lhe apresenta, considerando-a uma situação indeterminada quanto aos resultados (confusa, obscura ou conflitiva), gerando um estado de dúvida, movimento que antecede a própria investigação. Em seguida, formula-se um problema, percebendo-se a necessidade de um processo investigativo. A partir de então, pela observação da experiência, instala-se uma sucessão de inquirições e respostas parciais (hipóteses), permitindo, uma vez testadas, a avaliação das consequências no mundo concreto. De acordo com Dewey (2000), a cada sucessão no empreendimento de pesquisa, esta se “autocorrige”, descartando fatos irrelevantes para o contexto e conceitos que não atendam aos fins práticos a que se propôs. Tem-se, assim, a formação de juízos acerca de um determinado assunto.

O instrumentalismo é um método de pensar, ou seja, é uma forma de conduzir o pensamento inteligente. Tendo como suporte essa arquitetura do pensamento, elaboramos a questão que conduz essa inquirição: como o pensamento reflexivo possibilita diferentes condições lógicas para que a morte assistida se torne a melhor alternativa de resolução de uma situação problemática? Ao clarearmos nosso olhar para qual seria a nossa pergunta condutora, nos foi possível estabelecer: a) quais sugestões específicas

serão acolhidas e quais serão excluídas e, por fim, b) quais dados são relevantes e quais podem ser deixados de lado. O gesto de constituir uma questão é o caminho para a própria solução; elaborar claramente o problema nos permitiu um avanço progressivo na investigação.

Apontar que o pensamento reflexivo possibilita a apreensão da morte assistida, para além do seu uso médico e jurídico, é uma proposição que, enquanto ideia, pode ser verdadeira ou falsa. Queremos dizer que não basta propor significados para racionalizar uma determinada prática; é necessário colocá-la em funcionamento e ver sua efetividade. A investigação não se restringe apenas à observação, à experiência e à experimentação; esses são também seus instrumentos, além das teorias, dos conceitos, dos objetos de conhecimento, das categorias de análise, das formas lógicas e do próprio conhecimento, todos gerados a partir da pesquisa. Esses elementos constituem ferramentas que podem ser utilizadas para solucionar problemas práticos ou provocar um rearranjo entre experiência e natureza.

5. PENSAMENTO, EXPERIÊNCIA E MORTE ASSISTIDA: JAN E ELS

Para o leitor que não está familiarizado com a filosofia de Dewey, falar em pensamento pode soar abstrato. Ocupamo-nos, neste tópico, de apresentar a noção de pensamento, mais precisamente a referência ao pensamento reflexivo, experiência em uma concepção deweyaniana, morte assistida e a análise do caso.

5.1 Pensamento reflexivo

O pensamento reflexivo é definido como: “a consideração ativa, cuidadosa e persistente das bases de sustentação e das consequências lógicas de qualquer crença e suposta forma de conhecimento” (Dewey, 2000, p. 8). É a indagação ou a inquirição sobre nossas crenças e, conseqüentemente,

acerca de nossas práticas. É o exercício de colocar em revisão as consequências das nossas crenças e como estas afetam a nossa relação com as experiências diárias.

Segundo Dewey (2000), o pensamento reflexivo não é uma simples sucessão de ideias, mas um ordenamento das consequências. Em outras palavras, o pensamento reflexivo, quando colocado em prática, ordena o conjunto de ideias, em que cada uma se sustenta na ideia anterior ao mesmo tempo que serve de suporte para a próxima ideia. É um espaço de descolamento do próprio ato de pensar, onde as ideias vão e vêm, até chegar ao término do pensamento.

O pensamento reflexivo é a capacidade de investigar como uma determinada situação tornou-se problemática em um contexto. Essa forma de pensar reflexivamente é a condição necessária para enfrentar inteligentemente os dilemas que nascem do próprio viver. Para Calcaterra (2015), o pensamento tem a sua origem em algo que o precede e que não se pode reduzir a isso. Sendo assim, o pensamento reflexivo nasce como necessidade de responder a determinadas solicitações: “um exercício crítico que visa à sistematização e à organização das circunstâncias problemáticas” (Calcaterra, 2015, p. 43).

5.2 Experiência

A experiência é parte integrante do processo do pensamento reflexivo, sendo impossível a sua separação de ambos. Dessa forma, quando falamos de experiência em uma perspectiva *deweyana*, não reduzimos a uma descrição fisiológica dos acontecimentos cotidianos.

Dewey (1974) aponta a experiência como resultado da interação entre um ser vivente e o ambiente ao qual este está inserido. Para o pragmatista, na relação entre o portar-se e o contrapor-se ocorre a orientação da conduta futura do indivíduo, provocando a transformação tanto do sujeito afetado

pelo mundo quanto do mundo que também é impactado. O contexto é fundamental para a definição de qual é a situação problemática e como se portar diante dela. Há vários cenários que possibilitam o desenrolar da experiência, resultando na decisão pela morte assistida: vício em drogas, alcoolismo, depressão, velhice, cansaço de viver, evitar um determinado futuro, uso de remédios para lidar com o dia a dia, etc. A significação dos afetos primários de uma experiência ou mesmo de um ato não é limitada; o contexto e a imaginação para conceber relações tornam a significação ilimitada (Dewey, 1974).

Dewey privilegia o pensamento reflexivo, onde a decisão tomada pelo indivíduo considera as consequências de sua escolha, ou seja, não podendo ser reduzida a uma reação automática diante de um estímulo por parte do ambiente. Diante de uma situação problemática, o pensamento reflexivo deverá conduzir a conduta do indivíduo. Esse processo reflexivo desencadeará uma situação que não existia no horizonte das resoluções possíveis; é na investigação e na reflexão que nasce uma nova possibilidade. Só existe ação inteligente enquanto ocorre uma avaliação da situação; sem esse processo avaliativo, a ação é puramente prática e reativa. Ao voltarmos o nosso olhar para a prática social da morte assistida, é necessária uma reflexão sobre a experiência que conduz até a antecipação da morte legalmente. Em outras palavras, é a reflexão da experiência vivida que proporciona a emergência da morte assistida como uma possibilidade.

5.3 Morte assistida

A morte assistida é um fenômeno cultural e social, não se fechando em uma relação puramente biológica do sujeito com as intempéries da vida. Tendo isso em mente, sua prática é a materialização das inscrições realizadas pela cultura. Dependendo do contexto cultural do indivíduo, as inscrições podem ser as mais diversas. A dimensão cultural de uma sociedade sobre o que é a vida e a morte pautará a conduta dos

indivíduos, como também organiza o conjunto de práticas pertinentes a esses fenômenos. O corpo daquele que optou pela morte assistida também é atravessado pela cultura. Afinal, a relação entre necessidades naturais ou não, não é resultado de uma simplificação biológica, mas é o resultado da mediação da cultura. Por isso, o corpo é, por excelência, a topologia de inscrição das significações das práticas que incidem sobre este.

Os tratamentos paliativos, procedimentos para findar a vida, a burocracia para perecer com apoio do Estado e as regras de cada país representam a materialidade da cultura e do social sobre a prática e sobre o corpo do indivíduo. Por outras palavras, quando um médico ou um juiz negam o direito à morte assistida para um paciente, não há exclusivamente uma autonomia ou uma neutralidade, mas um atravessamento da cultura nesses sujeitos. Por mais que prezem pela neutralidade, não escapam das inscrições culturais referentes à vida e à morte.

Enquanto prática social, a morte assistida é atravessada por um regime policialesco, levando o ato de antecipar a morte por caminhos que causam constrangimento a determinados indivíduos. Sabe-se que o ato de tirar a própria vida não é uma questão exclusiva do nosso momento histórico; todavia, é a contemporaneidade que possibilita a problematização da prática e suas reverberações. Comumente falando, a morte assistida está imbricada a uma condição de vida marcada por enfermidades que resultaram em morte, tornando compreensível a escolha pela antecipação da morte legalmente nesses casos. Todavia, essa capacidade de entender a escolha do outro parece reduzir quando o indivíduo não é acometido por uma patologia grave.

O primeiro ponto de análise refere-se à própria prática, não à sua execução, mas à sua existência. A prática possibilita a emergência de problemas até então opacos. Por isso, enquanto acontecimento em sua segunda vida, a morte assistida é um objeto de/do conhecimento. Em outros termos, determinados saberes buscam racionalizar e delimitar a

prática da morte assistida e, conseqüentemente, questões nascem dessa interação. Não nos ocupamos de reconstruir uma história linear da prática da morte assistida, das sucessões, evoluções e mudanças, mas de apontar que há uma racionalidade em nosso momento histórico, servindo como húmus para a eclosão de determinadas formas de entender e dizer verdades sobre a morte assistida.

A racionalidade médica moderna deu outra visibilidade para a morte, esta passa a ser vista de outro lugar, a referência para o patológico (Foucault, 2014). Para Rosele Maria Branco (2021), essa racionalização da morte retirou desse fenômeno o que ele tinha de assustador, sua condição de indecifrável. O discurso médico convocou inúmeras vezes a morte para lidar com o espaço imóvel do corpo.

Parece que, em nosso momento histórico, a racionalidade médica considera a morte de uma perspectiva diferente, como uma falha ou um erro na medicina (Pazin-Filho, 2005). No entanto, nem toda morte pode ser vista como uma falha; ela também representa um limite do próprio conhecimento. A morte assistida em pacientes que não sofrem de enfermidades degenerativas ou similares evidencia como a racionalidade médica não consegue captar uma experiência que só se torna compreensível quando suspendemos nossas certezas sobre a prática. A racionalidade médica de nosso presente observa a morte não somente como uma linha divisória, mas a compreende por etapas. Conforme Antonio Pazin-Filho (2005) aponta, a morte celular não se limita a eventos únicos; a morte dos órgãos segue um processo. Em ambas as situações, a linearidade não é a norma.

Ao que se refere à morte assistida, essa racionalidade transforma a prática em objeto de intervenção e regulamentação por saberes. Em certa medida, o que está em jogo é o regime de um saber, seja da medicina ou de outro campo, que promoverá uma forma de soberania sobre a prática. Logo, questões ou problemas nascem dessa relação, morte e episteme: quais

formas de pensamento organizam o modo de abordar a morte assistida na atualidade? Algumas pistas nos aparecem quando olhamos para as instituições que versam sobre a prática, como a *American Medical Association* (AMA), que aponta que o gesto de antecipar a morte de um paciente é: “incompatível com o papel do médico como curador, seria difícil ou impossível de controlar e representaria sérios riscos para a sociedade” (AMA, 1992, p. 3 - tradução nossa). O Código de Conduta Ética Médica, redigido pelo Conselho Federal de Medicina (2019), aponta que a indução à morte deve ser evitada e a manutenção da vida deve ocorrer através dos cuidados paliativos, resumindo-se a manter a vida até a chegada da morte. Pela via jurídica, ao menos no Brasil, a antecipação da morte é tipificada como “homicídio simples” (Brasil, 2015). A racionalidade do nosso momento histórico possibilitou que a prática fosse problematizada de diferentes formas, e estas problematizações implicam não só numa significação sobre a prática, mas operam na conduta dos indivíduos que buscam encarnar em seus corpos a morte.

Essa racionalidade que incide sobre a prática está concatenada com um projeto de sociedade e de saber; tal projeto busca a constituição de indivíduos otimizados e performáticos.

5.4 Jan e Els

À vista disso, nossa investigação prossegue tendo como incitante as seguintes questões: 1º se, no nosso momento histórico, dispomos de terapêuticas, mecanismos de manutenção da vida, toda uma estrutura mecânica capaz de garantir a sobrevivência dos moribundos, por que a morte assistida emerge como uma possibilidade? 2º o que levou ambos a considerarem a vida que levavam como um problema, para o qual a morte seria a solução?

Nossa hipótese reside no esgotamento das proposições e no falibilismo. Jan e Els, antes de decidirem pela morte assistida, avaliaram as possíveis

proposições, estas que são condições factuais ou ideacionais com uma função hipotética, que permitem adiar a conduta/ação até a obtenção de uma solução adequada, conforme Dewey (2009). Nos termos do casal: "Então, com a dor que tenho e a doença de Els, acho que temos que parar com isso (viver)" (BBC News Brasil, 2024).

Quando falamos de experiências restritas, estamos nos referindo ao conhecimento médico e jurídico que atrela a prática de antecipar a morte a experiências que tendem a ser tratadas como condição exclusiva para solicitar a morte, como doenças terminais. O que está em disputa é uma "lei": a formulação de uma constância, de uma ordem, a vinculação de enunciados universais ou a possibilidade de estabelecer condições de vínculo entre experiência e prática.

As proposições dos diferentes campos de saber que buscam universalizar os enunciados que regulamentam a prática da morte assistida, se pretendem ser universais e generalizantes, não dão conta das particularidades de cada caso. Em outras palavras, Jan e Els conseguiram a morte antecipada porque ocorreu uma revisão contínua e a adaptação de suas crenças com base em experiências práticas, eis o falibilismo partindo de uma concepção *deweyana*.

Retornando a uma das questões: se, no nosso momento histórico, dispomos de terapêuticas, mecanismos de manutenção da vida, toda uma estrutura mecânica capaz de garantir a sobrevivência dos moribundos, por que a morte assistida emerge como uma possibilidade? No caso de Jan e Els, a resignificação da experiência de viver com as enfermidades não podia ser superada pelos dispositivos terapêuticos "Se você toma muitos remédios, vive como um zumbi" (BBC News Brasil, 2024). Existe aqui uma situação problemática, a dependência dos remédios e a manutenção de uma vida que não se cogita ser vivida.

Jan e Els precisaram fazer o exercício crítico de sistematização e a reorganização da situação que se apresenta como problemática. O pensamento reflexivo é utilizado como uma ferramenta para a determinação dos meios-consequência, implicando na significação e na valoração da prática da morte assistida, para além da sua significação pela medicina.

Segundo Jan: "Eu vivi minha vida, não quero mais sentir dor" (BBC News Brasil, 2024). Notamos aqui a pertinência do caráter como condição de valoração da prática da morte assistida. A lógica científica afastará qualquer influência sobre o objeto julgado, uma exterioridade entre conhecimento e objeto. Mas, no caso em questão, o caráter ou as condições cognitivas tonalizam, valoram e auxiliam na significação da prática de antecipar a morte e, conseqüentemente, colocam em questão se as possibilidades terapêuticas atendem às necessidades presentes.

Em outras palavras, o uso do pensamento reflexivo para significar a morte assistida inaugura modos de ver e de se relacionar com antigas práticas. Nesse aspecto, tanto Jan e Els, como outros que também optaram pela morte assistida devido à inconformidade com a vida vivida, apontam para novos valores, novas individualizações e a possibilidade de novos significados, que provocam uma fissura na crença estabelecida sobre o uso da morte assistida.

A significação da morte assistida é o alargamento do seu uso em um contexto muito mais amplo da experiência. Ela é um instrumento, uma ferramenta, um predicado possível — isto é, deve ser empregada em casos particulares. Jan e Els significaram a morte assistida para lidar com o dilema que viviam: "A vida que levamos, estamos ficando velhos para ela. Achamos que isso tem que parar." (BBC News Brasil, 2024). A significação de uma prática marca a relação da cooperação participada (Dewey, 1974). Expresso de outra forma, o uso do pensamento reflexivo para significar a prática da morte assistida é a suspensão do dualismo entre objeto

sensorial e sujeito da ação. A significação está no território do comportamento, não se resumindo a uma condição mentalista.

Todavia, essa significação encontra barreiras. Tanto a vida quanto a morte não são elementos que se localizam fora do campo do poder político ou científico. Com as novas tecnologias e técnicas, as terapêuticas, centralizam-se essencialmente no corpo (Foucault, 2010), a todo um sistema policialesco sobre a prática. Em partes, esse enfrentamento ocorre em decorrência da negativa de certos saberes sobre a presença do caráter no processo de investigação. Em outros termos, esse elemento é meramente subjetivo e, sendo assim, provoca ruído na obtenção da verdade (Dewey, 2009). Isso se evidencia na recusa do médico do casal em realizar a morte assistida em ambos.

Buscando responder à questão expressa anteriormente, o que levou ambos a considerarem a vida que levavam como um problema, para o qual a morte seria a solução? Essa problemática é resultado do cotidiano, das ações e das relações. Para Els, a vida se constitui um problema no momento que recebeu seu diagnóstico de demência: "Em novembro de 2022, após ser diagnosticada com demência, Els saiu furiosa do consultório do médico, deixando seu marido e filho para trás" (BBC News Brasil, 2024). "Isto é ótimo", ela diz, levantando-se facilmente e apontando para seu corpo. "Mas isto é terrível", ela diz, apontando para sua cabeça" (BBC News Brasil, 2024). Provavelmente Els se assustou com o futuro que se tornava comunicável na forma de diagnóstico clínico, a demência. Temendo o futuro que provavelmente se materializaria em seu corpo, optou pela morte assistida.

Jan compreendeu a vida como um problema na medida que a sua enfermidade lhe causava severas dores nas costas e não teria mais tratamento: "Jan fez uma cirurgia nas costas em 2003, mas não melhorou. Ele interrompeu um regime pesado de analgésicos e não podia mais trabalhar" (BBC News Brasil, 2024). A quebra na rotina do cotidiano, o

desvio da vida, antes endereçado ao viver no mar, agora a suportar as dores.

Quando Els compreendeu que a demência, essa nova inquilina, fez da vida e do corpo de Els um território inóspito, Jan, sabendo que não poderia mais trabalhar e que a dor iria dividir a vida com ele: "Foi depois que Els soube que sua condição não melhoraria que ela e Jan, junto com seu filho, começaram a discutir a duo-eutanásia" (BBC News Brasil, 2024). Ambos compreenderam que a vida havia sido tomada de assalto pelo sofrimento. Jan e Els partiram no dia 03 de junho de 2024.

6. REFLEXÕES DE CONCLUSÃO

Como o pensamento reflexivo possibilita a apreensão de diferentes condições lógicas para que a morte assistida se torne a melhor alternativa de resolução de uma situação problemática? A resposta (ponto final da experiência que se converte também para um meio para uma nova experiência) é que a morte assistida torna-se instrumento de resolução de uma problemática quando as demais proposições são incapazes de provocar uma interação adequada entre o indivíduo e as condições ambientais. Trata-se de um julgamento de valor no processo do pensamento utilizado como instrumento de avaliação e escolhas.

O pensamento, quando não separado da experiência, permite a significação da morte assistida, de forma que esta se torne um instrumento usado para atingir um determinado objetivo. Somente é possível fazer da morte um predicado possível se o sujeito usar o pensamento para racionalizar as suas escolhas e as consequências delas. Para Jan e Els, chegarem até a morte assistida foi necessário: a) ter clareza sobre o objetivo; b) traçar um plano de ação; c) executar o plano. Um mapeamento das possibilidades de viver conforme a vida apresentava-se teve como objetivo orientar a conduta de ambos.

Em um exercício de retomada do pensamento, fundamentado no uso instrumental das teorias de Dewey e Quéré, esta investigação apresenta os resultados da análise do caso de Jan e Els, cuja *situação problemática* não se fundamentava em estados mentais ou numa subjetividade pré-existente à experiência, mas originou-se de um desequilíbrio, contradições e resistências que emergem na interação entre organismo e ambiente. Nesse contexto, Dewey (1974) argumenta que toda experiência é marcada por uma organização dinâmica, uma articulação e concatenação entre o organismo e o meio. A conduta do casal não deve ser interpretada apenas como uma busca pelo fim do sofrimento, mas como um rearranjo comportamental diante do acontecimento da morte assistida. De acordo com Quéré (2012), o acontecimento, ao se manifestar, possui a capacidade de revelar o caráter problemático de determinadas situações, gerando respostas e desencadeando ações que ressignificam a própria experiência.

Outro achado desta investigação é que a morte assistida reconfigura nossa relação com a vida e com a morte, dando visibilidade e produzindo modos de vida e existências que se tornam passíveis de abreviação. No caso de Jan e Els, essa reconfiguração é visível na escolha deliberada pela abreviação da vida, que não apenas permitiu o fim do sofrimento, mas também alterou, como vivenciaram, o processo de morrer. A morte assistida transforma a morte de um acontecimento imprevisível e incontrolável em um ato gerenciável, conferindo-lhe um caráter mensurável e controlado. A escolha do casal por esse procedimento reflete uma nova maneira de entender a morte, não mais como um determinado pelo imprevisto da natureza e de condições acidentais, mas como algo que, com advento da prática da morte assistida, pode ser racionalizado e planejado conforme suas necessidades e desejos.

Por “desejo”, não estamos concebendo algo meramente pessoal, que não possa ser situado em relação a objetos e acontecimentos. O desejo pela morte, que surgiu em Jan e Els, floresceu dentro de um contexto existencial

específico: a situação de sofrimento. O desejo pela morte assistida, portanto, não é uma relação mentalista, mas o resultado de uma interação ativa entre organismo e ambiente.

A prática da morte assistida dá visibilidade às questões que colocam em suspensão os valores absolutos e os juízos morais, redefinindo o que significa viver e morrer com dignidade. Sem essa prática, a experiência de Jan e Els talvez fosse compreendida apenas como uma luta inevitável contra o sofrimento, sem a opção concreta de avaliar suas vidas como algo que poderia ser interrompido. A existência da morte assistida como possibilidade produziu o entendimento de que suas condições eram insuportáveis e a continuidade da vida não era obrigatória, mas uma escolha. Dessa forma, a vida e seu valor, nesse contexto, não são dados absolutos, mas produtos de uma atividade de valoração possibilitada pela prática da morte assistida. A morte assistida não só permitiu que Jan e Els refletissem sobre a viabilidade de suas existências, mas também transformou a percepção do sofrimento como algo que legitimava a interrupção da vida. É porque existe a prática da morte assistida que condições como as de Jan e Els – dores crônicas, demência e perda de qualidade de vida – podem ser compreendidas como situações que justificam o término da vida. Em resumo, a prática da morte assistida não apenas oferece um meio para o fim da vida, mas também produz as condições e os critérios para valoração da vida.

Por fim, a ação do pensamento reflexivo, quando usada para lidar com casos de morte assistida, permite uma significação que não estava no horizonte de nossas crenças. A experiência última, essa que coloca em questão todo um conjunto de saberes sobre a vida, nos mostra que a morte está inserida em uma racionalidade que a coloca em uma “roupa justa demais” para sua complexidade.

REFERÊNCIAS

AMERICAN MEDICAL ASSOCIATION (AMA). **Decisions Near the End of Life**. 1992. Disponível em: <https://bit.ly/49SZfRN>. Acesso em: 20 maio 2024.

BBC. **Por que um casal feliz decidiu parar de viver**. Disponível em: <https://bit.ly/49NHG5P> Acesso em: 29 jun. 2024.

BRANCO, R. M. **Michel Foucault e a Medicina**. São Paulo: Intermeios, 2021.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro: Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/4iLsgmD> Acesso em: 28 maio 2024.

CALCATERRA, R. M. **Ideias concretas: percursos na filosofia de John Dewey**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Código de Ética Médica: Resolução CFM nº 2.217/2018**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/404jKYD> Acesso em: 19 maio 2024.

DEWEY, J. Cap V. Natureza, comunicação e significado. In: **Experiência e Natureza**. Coleção os pensadores – História das grandes ideias do mundo ocidental. São Paulo: Abril, 1974, p. 187-210.

DEWEY, J. **Valoração das ciências humanas**. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 120.

DEWEY, J. El patrón de la investigación. In: **La miséria de la epistemología**. Madri: Biblioteca Nueva. 2000, p.113-132.

DEWEY, J. El problema de la formación del pensamiento. In: **Cómo pensamos: lá relación entre pensamiento reflexivo y processo educativo**. Barcelona: Paidós Ibérica, 2007, p. 19-69

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 201 – 222.

FOUCAULT, M. Abram alguns cadáveres. In: **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 136-162.

MEAD, G, H. Emergencia e Identidad In: **La filosofia del presente**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2008, p. 221-234.

PAZIN-FILHO, Antonio. Morte: considerações para a prática médica. **Medicina (Ribeirão Preto)**, v. 38, n. 1, p. 20-25, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3P7XITN>. Acesso em: 15 jun. 2024.

QUÉRÉ, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmático. In: **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 21-38.

SOBRE OS AUTORES:**Marcelo Almeida Duarte**

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da mesma instituição.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3168-3492>

Email: almeidamarceloduarte@hotmail.com

Pedro Pinto de Oliveira

Docente e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-Doutor em Comunicação e Artes pela Universidade da Beira Interior (Portugal) e em Comunicação e Política pelo Instituto Politécnico de Coimbra (Portugal).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7176-0777>

Email: ppo@terra.com.br

Artigo recebido em: 10 jul. 2024. | **Artigo aprovado em:** 30 nov. 2024.